

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DO VEREADOR JAIR MONTES - PTC

PARECER Nº ____/2017.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 912/2017

RELATOR: VEREADOR JAIR MONTES

AUTORIA DO PROJETO: VEREADORA MARCELO CRUZ

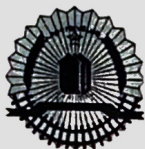


A **COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e institucionais, por meio deste Vereador honrosamente designado, vem ofertar parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 912/2016 que “Acrescenta o inciso V ao artigo 36 da Lei Complementar nº 199, de 21 de dezembro de 2004, com a finalidade de conceder a isenção do pagamento de IPTU aos imóveis locados por templos religiosos e entidades filantrópicas”.

I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de Lei Complementar apresentado pelo Poder Legislativo Municipal, o qual “Acrescenta o inciso V ao artigo 36 da Lei Complementar nº 199, de 21 de dezembro de 2004, com a finalidade de conceder a isenção do pagamento de IPTU aos imóveis locados por templos religiosos e entidades filantrópicas”.

Em apertada síntese a proposta legislativa tem por objetivo promover a isenção de pagamento IPTU sobre os imóveis locados por templos religiosos, independente de serem eles propriedade da instituição ou foram alugados para a execução de sua finalidade essencial, de forma a entender que deva ser ampliada a isenção ao



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DO VEREADOR JAIR MONTES - PTC

12
Jair Montes

Ademais, a justificativa se embasa no sentido de dar efetividade ao dispositivo constitucional que versa sobre a matéria, no intuito de sanar qualquer tipo de dúvida existente ou de celeuma que possa ser instaurada.

É o relatório necessário.

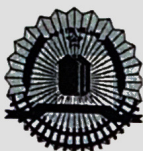
II. PARECER

É cediço que cabe à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação *"manifestar-se sobre todos os assuntos submetidos a sua apreciação, quanto aos aspectos inerentes à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, redação e técnica legislativa"*, nos termos do artigo 94 do RI/Resolução nº 253/CMPV-91.

Assim, instados a opinar, passemos a tecer as considerações pertinentes ao presente Projeto de Lei.

Este relator encara o projeto de lei objeto deste parecer com muito bons olhos tendo em vista a sua finalidade de conceder isenção tributária, mais especificamente pagamento de IPTU, sobre os imóveis locados por instituições religiosas e entidades filantrópicas que não tenham fins lucrativos.

Assim, notório a dignidade, honradez, busca pela primazia dos direitos previstos na constituição, bem como efetivação dos princípios basilares da mesma, de forma que **este se posiciona em sentido favorável ao projeto em comento.**



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DO VEREADOR JAIR MONTES - PTO



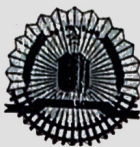
Entretanto, muito embora este relator se manifeste em sentido favorável ao projeto de lei em questão, é necessário esclarecer alguns problemas no mesmo, tendo em vista o seu objeto, posto entender que o caso em comento não se trate de **ISENÇÃO**, mas sim de **IMUNIDADE** tributária.

Neste sentido, cumpre mencionar a diferenciação técnica existente entre **ISENÇÃO E IMUNIDADE**. A isenção tributária se da por meio de lei, onde quem concede a isenção tem competência para executar o ato, contudo, entende ser desnecessária a cobrança do tributo, ao passo que, a imunidade tributária são aquelas "isenções" previstas diretamente em normas constitucionais, e que bem amolda-se ao caso em questão, pois a imunidade tributária aos templos de qualquer culto está elencada no Art. 150, alínea "b" e em seu §4º, sendo, portanto, norma de eficácia plena.

Sobre tal tema, necessário salientar o expõe o ilustre doutrinador tributarista, Ricardo Alexandre, prelecionando que:

"Todo e qualquer caso em que a constituição diretamente disser que um tributo não será pago é caso de imunidade, não importando a palavra usada pela CF para tratar disso. Tratando-se de matéria tributária, a CF nunca usa a palavra 'imunidade'".

Com efeito, ressaltadas tais considerações, e feitos os atos formais que são designados a esta casa legislativa como fiscalizar, legislar, julgar e assessorar, esta se manifesta no sentido de não haver prejuízo na matéria.



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DO VEREADOR JAIR MONTES - PTC



Portanto, temos que a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação em nada se opõe ao andamento do presente projeto, de forma que se posiciona pela sua constitucionalidade.

III. VOTO

Assim, diante de todo o exposto, em sede de conclusão, opinamos **FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar nº 912/2017 que "Acrescenta o inciso V ao artigo 36 da Lei Complementar nº 199, de 21 de dezembro de 2004, com a finalidade de conceder imunidade do pagamento de IPTU aos imóveis locados por templos religiosos e entidades filantrópicas".

Sala das Comissões, 08 de junho de 2017.


VEREADOR JAIR MONTES/PTC
RELATOR